



O AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO E AS MARCAS DA CAMPESINIDADE NO ASSENTAMENTO ARIZONA, ANDRADINA – SP

Ana Claudia Colacino

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Thiago Araújo Santos

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

RESUMO

Sob o domínio do agronegócio e da grande propriedade fundiária, que se constituem a base do processo produtivo no campo brasileiro, a reprodução camponesa em assentamentos rurais de reforma agrária é atravessada por limites. Dificuldades de obtenção de crédito, problemas na infraestrutura produtiva, ausência de assistência técnica, num quadro de manutenção de grande concentração fundiária, são evidências da marginalidade da reforma agrária no Brasil. A despeito das adversidades conhecidas, problematizamos neste artigo os assentamentos rurais como espaços de reprodução camponesa que indicam, em alguma medida, uma potência crítica pautada numa ordem moral camponesa centrada na tríade terra-trabalho-família. A investigação baseou-se em entrevistas semiestruturadas com camponeses do projeto de assentamento Arizona, localizado a oeste do estado de São Paulo, numa região atualmente dominada pela produção canavieira. Com ênfase na história pessoal e coletiva dos sujeitos investigados, foi possível identificar sentidos atribuídos a uma luta que atravessa o passado e o presente, e que tem no centro a conquista da terra como a possibilidade de alcance de um novo lugar social, marcado pela superação da transitoriedade, itinerância e insegurança.

Palavras-chave: assentamentos rurais, campesinidade, agronegócio.

The advancement of capital in the countryside and the signs of the peasant way of life in the Arizona Settlement, Andradina-SP

ABSTRACT

Under the dominance of agribusiness and large land ownership, which form the foundation of the productive process in the Brazilian countryside, peasant

reproduction in rural agrarian reform settlements is marked by constraints. Difficulties in obtaining credit, problems in the productive infrastructure, lack of technical assistance, in a context of maintaining a large land concentration, are evidence of the marginality of agrarian reform in Brazil. Despite the known adversities, in this article we problematize rural settlements as spaces for peasant reproduction that indicate, to some extent, a critical power based on a peasant moral order centered on the triad land-work-family. The investigation was based on semi-structured interviews with peasants from the Arizona settlement project, located west of the state of São Paulo, in a region currently dominated by sugarcane production. With an emphasis on the personal and collective history of the investigated subjects, it was possible to identify the meanings attributed to a struggle that spans both the past and the present. At its core is the conquest of land as a pathway to achieving a new social position, characterized by overcoming transience, itinerancy, and insecurity.

Keywords: rural settlements, peasantry, agribusiness.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a desigualdade é um traço histórico de nosso país e inerente ao desenvolvimento do capitalismo, o que se reflete na concentração de terras. É exatamente a manutenção dos interesses pela renda fundiária que tem bloqueado uma reforma agrária efetiva no Brasil, represando as demandas de camponeses por terra em razão da predominância do rentismo reproduzido pelos proprietários detentores de grandes parcelas do território brasileiro. Neste quadro, a existência dos camponeses e as lutas pela/na terra apontam para um caminho possível para a redução das desigualdades e melhores condições de vida desses sujeitos.

É recorrente na grande mídia a referência ao impacto do agronegócio na produção de alimentos para a sociedade, resultado da modernização da agricultura, servindo como discurso legitimador da oposição do capital ao suposto “atraso” da produção familiar camponesa, visto que esta não poderia atender às demandas de produção de alimentos num contexto de aumento da população urbana, e ainda como possibilidade de progresso para o país.

O avanço do capitalismo no campo – que tem na industrialização da agricultura uma de suas facetas – se expressa de modo desigual e combinado. Isto significa que a existência (e permanência) do campesinato na sociedade moderna não se constitui um acidente ou uma expressão de um resquício do passado pré-capitalista. Trata-se, na realidade, de um processo interno do desenvolvimento do capitalismo no campo o recurso ao trabalho familiar camponês como parte de seu movimento de expansão. O trabalho familiar camponês, constituindo-se como uma relação não-capitalista de produção (OLIVEIRA, 2001), torna-se contraditoriamente um produto do capitalismo em seu processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade, da propriedade fundiária à propriedade do capital.

Tendo sua produção subordinada aos capitais industrial e comercial no campo, que controlam os processos de circulação da produção familiar, realizada sem efetivo e suficiente apoio técnico, de infraestrutura e de crédito, os camponeses se encontram sujeitos a preços irrisórios pelos produtos comercializados, que adentram às cadeias de circulação monopolizadas por frações abastadas de proprietários de empresas beneficiadoras de alimentos e varejistas. Em meio a este processo de sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1990), a permanência na terra é *per se*, do ponto de vista dos homens e mulheres submetidos às suas consequências sociais e econômicas, uma expressão de resistência.

A luta pela terra é, com efeito, entendida como a busca pela conquista da possibilidade de uso de um bem natural que, na sociedade capitalista, está monopolizado por frações de classe que o utilizam, de modo improdutivo, como reserva de valor ou como forma de exploração do trabalho alheio – como terra de especulação ou, quando muito, como “terra de negócio” (MARTINS, 1991). Os movimentos populares camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), são guardiões da possibilidade futura da realização da “utopia camponesa” de viver e se reproduzir social e economicamente com base no trabalho familiar, pressionando o Estado para o cumprimento da função social da propriedade e pela realização da reforma agrária.

Em meio a esse contexto, assumimos, neste artigo, a hipótese de que os assentamentos rurais, enquanto conquistas de frações do território capitalista pelos camponeses por meio dos movimentos populares organizados, podem se constituir *loci* de reprodução daquilo que Woortman (1990) qualificou como campesinidade, uma ordem moral que se opõe àquela regida pelo capital, centrada no indivíduo e no mercado. Pretendemos problematizar os limites e horizontes da “utopia camponesa”, centrada na articulação entre terra, família e trabalho, a partir de um estudo realizado sobre a realidade de um assentamento rural de Andradina-SP, município conhecido como “terra do rei do gado”, localizado numa região onde, atualmente, imperam os monocultivos canavieiros (LOPES, 2012; ARLINDO, 2021).

Constituíram-se as bases metodológicas deste trabalho as fontes orais, das quais resultou a análise da história individual e coletiva dos sujeitos entrevistados a partir de três eixos temáticos gerais: a luta pela terra, o avanço do capitalismo no campo e o significado da terra. Através dos eixos, analisamos brevemente, com base nas entrevistas, como se organizam os processos de produção, a relação com o capital industrial e comercial, e o impacto desses processos no cotidiano dos sujeitos.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira delas, situamos os assentamentos rurais como parte da sociedade capitalista, marcada pela combinação entre a função administrativa, formal, instituída e gerida pelo Estado, e como espaço de reprodução social, pelas mãos dos camponeses. Argumentamos que, como espaço de reprodução social, os assentamentos potencializam o alcance da articulação entre terra, trabalho e família, uma tríade que, conectada,

permitiu a superação parcial de adversidades do passado. Na segunda parte deste artigo, evidenciamos os sentidos e significados associados à condição camponesa em um assentamento rural. A autoavaliação do passado e do presente de sujeitos sociais marcados pela transitoriedade entre a proletarização rural no corte da cana-de-açúcar e a condição de camponês assentado permitiu evidenciar aspectos relevantes sobre a campesinidade na sociedade capitalista e seus limites.

A luta “por si” do campesinato e suas repercussões sociais: o assentamento como *locus* de possibilidades

Os camponeses têm enfrentado barreiras históricas de exclusão e desigualdade que ameaçam a reprodução digna de seu modo de vida. Alguns limites estruturais resultantes da concentração de terra, da reprodução da violência e da desigualdade na distribuição dos incentivos para o processo produtivo implicam diretamente na condição de vida das famílias mais pobres, tornando a permanência na terra um grande desafio para o campesinato. Neste cenário, contudo, a luta pela terra e a luta na terra seguem sendo o caminho inevitável para os camponeses, constituindo-se, ambas, duas dimensões de um mesmo processo de resistência.

Fora da terra, num país recortado por imensos latifúndios improdutivos cercados, a luta dos camponeses toca numa contradição central da formação econômica e social brasileira: o permanente monopólio da propriedade fundiária e o império do rentismo. Na terra, produzindo e comercializando alimentos em condição de subordinação aos atravessadores e em precariedade de infraestrutura e crédito, as reivindicações de quem produz expressam os limites de um modelo econômico concentrador e socialmente injusto.

Em sua luta, os camponeses “São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores” (OLIVEIRA, 2001, p. 190), ao mesmo tempo em que “interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital” (ALMEIDA, 2003, p. 21).

Seu caráter insubordinado, que por vezes emerge como necessidade de sobrevivência sob o capitalismo, pode encontrar amparo naquilo que Woortmann (1990) chamou de campesinidade. O autor identifica, entre esses sujeitos sociais, a reprodução de uma ordem moral que se opõe àquela regida por uma ordem capitalista, ou seja, centrada no indivíduo e no mercado. Trata-se de uma ordem moral camponesa que articula a terra, família e trabalho, expressando a relação existente entre as pessoas e destas com a natureza, entendidas tais relações como indissociáveis.

Importante ressaltar que para Woortmann (1990) apesar dessa ordem moral ser uma ordem contrastante com a ordem da modernidade, visto que se expressa

numa ética tradicional fundada na reciprocidade, na honra e na hierarquia, a campesinidade não é uma prisão cultural, pois há uma movimentação nos “dois mundos”, pois o autor não concebe os camponeses como sendo de fora do sistema capitalista. Trata-se de um processo marcado pela articulação de temporalidades sob a ideia de tradição, que “não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro” (WOORTMANN, 1990, p. 17). As unidades de assentamentos rurais podem, assim, ser compreendidas como fruto da luta pela terra que permite a realização da campesinidade numa sociedade capitalista que a nega, na medida em que possibilitem, ainda que sob condições precárias, a reprodução familiar camponesa na terra.

O acesso à terra pelas famílias é realizado através da política de reforma agrária que, como caracterizada por Marques (2004), é composta por um conjunto de ações baseadas na obtenção de recursos financeiros, materiais e humanos advindos do Estado que resultam na execução dos assentamentos rurais. A principal forma de obtenção de terra é através da desapropriação, que ocorre em três principais etapas: a ocupação da terra como um recurso de pressão dos movimentos populares do campo, a desapropriação e obtenção da terra pelo Estado e finalmente a criação do Projeto de Assentamento (PA). O assentamento rural é formado por meio de um conjunto de ações técnicas e institucionalizadas, visto que

A construção do assentamento implica na construção dos assentados, e é aí que entra as agências de enquadramento, que devem transformá-los em agricultores integrados ao mercado e organizados em associações e cooperativas. É na perspectiva da ressocialização sustentada pelo acesso à terra sob condições especiais que o PA é proposto (MARQUES, 2004, p. 266 e 267).

Observamos que é o Estado que dita as etapas e técnicas para o assentamento das famílias. É nesse processo, contudo,

[...] que os problemas tomam corpo, como por exemplo: morosidade no processo de desapropriação; lentidão das demandas que se dão no âmbito judicial; demora na demarcação dos lotes e construção das casas; lentidão na materialização de outras infraestruturas necessárias; descompasso no sistema de créditos e fragilidade – quando existem – dos programas de assistência técnica e assistência à comercialização, o que dificulta efetivamente a construção do assentamento em uma área de produção agropecuária (MITIDIERO, 2011, p. 7).

Muitas das ações e decisões são, portanto, exógenas aos assentados e frequentemente não são realizadas a contento, constituindo-se uma estrutura que não conta com a participação ativa desses sujeitos sociais.

A concretização dos assentamentos rurais e sua consolidação como um espaço digno à sobrevivência das famílias camponesas é resultado de um processo de enfrentamento e não desistência desses camponeses em conseguirem acessar ou retornar para a terra, num percurso marcado por grandes dificuldades. O assentamento como um recorte territorial define-se, assim, enquanto um espaço marcado por contradições que combinam potencialidades e limitações: a utopia da autonomia na terra coexiste com a permanente ameaça da perda da condição camponesa pelas dívidas, precariedade na assistência técnica, ausência ou insuficiência no apoio institucional do Estado, etc. Sendo um resultado da luta camponesa, por tudo isso, “a fração do território conquistada e transformada em assentamento rural pode ser vista como uma área de resistência subordinada diretamente constituinte do território capitalista brasileiro” (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p.11).

A recriação do sujeito camponês é, pois, um processo limitado pelas condições sociais e econômicas impostas pelo capital e pelo Estado, e que se materializa parcialmente na conquista dos assentamentos, conquista esta, como vimos anteriormente, atravessada por lutas em busca da possibilidade de domínio de parcelas do território: “A luta pela terra e consequente implantação dos assentamentos da reforma agrária, confirmam esta possibilidade, que também se manifesta na luta na terra, com a resistência das famílias assentadas em manterem suas atividades produtivas” (SANTOS, 2014, p.117).

Como espaço de possibilidades, *locus* da reprodução camponesa – ainda que constrangida e limitada –, o assentamento como fração territorial é forjado por um sistema de relações que articula família, trabalho e terra, articulação esta que se encontra mediada por outras escalas e processos. O núcleo familiar pressupõe a comunidade (assentamento) como espaço produzido por relações de vizinhança. Tais relações, por vezes perpassadas por tensões e conflitos, são tecidas nos espaços de convivência compartilhados: escola do assentamento (quando há), reuniões da associação, igreja, campo de futebol, unidades de produção coletiva, experiências de ajuda mútua/mutirões, etc.

Por sua vez, o assentamento e as relações comunitárias que este implica pressupõem recortes mais amplos de luta – um movimento social espacializado no território nacional, manifestações e protestos na cidade em busca de direitos, instituições do Estado, dentre outras ações e instâncias. A emergência da identidade coletiva do campesinato é conformada, assim, pela combinação de distintas experiências sociais multiescalares abertas desde o processo de luta, expandindo-se pela conquista do lote e pelos desafios postos para nele permanecer.

A construção do campesinato como sujeito político anticapitalista em potencial envolve aspectos lidos à primeira vista como conservadores, o que o torna, como

afirmou Shanin (1983), uma classe incômoda, inclusive para as fileiras tradicionais do marxismo (AUTOR, 2016). Na luta “por si”, os camponeses operam, num país forjado para e pelo latifúndio, um questionamento estrutural que traz repercussões para toda a sociedade: contra a concentração fundiária, contra a exploração e expropriação no campo e contra a desigualdade que resulta do monopólio por pequenos grupos de latifundiários de amplas frações do território. Desta maneira, numa formação econômica e social periférica e dependente como a brasileira, em que o poder político e econômico dos proprietários fundiários jamais foi posto, de fato, em questionamento, a luta camponesa por terra é uma luta, em certo sentido, anticapitalista, visto que é o significado da terra que faz deles camponeses, isto é,

[...] é o sentido conservador e radical de sua consciência que, justamente porque é radical, os orienta na luta contra o concentracionismo desenfreado do capital que, ao arrancá-los da terra, impede o trabalho camponês e se ergue como oposição à continuidade do modo de vida desta classe sui generis. Situação, por sua vez, que indica a luta pela terra como um conflito que transcende a conquista de um pedaço de chão (ALMEIDA, 2003, p. 20).

Como forma de qualificar a representação desse sujeito social particular que é o camponês, materializando sua existência nos assentamentos, recorreremos a Woortmann (1990), que apresenta a compreensão da ordem moral camponesa como a expressão de valores sociais distintos dos impostos por meio das ações técnicas do Estado. Essa concepção técnica oficial tem como uma de suas expressões a numeração do lote/sítio, que entra em choque com a identidade impressa no nome adotado pelos camponeses para identificarem sua fração do território: “Se para o Estado o beneficiário é identificado pelo número do lote, daí a cobrança constante em relação a necessidade de exposição do número à entrada, para o assentado o sítio tem um nome, na maioria das vezes, representativo da sua história familiar de luta (ALMEIDA, 2003, p. 284).

O *fazer*, o cotidiano, a produção prática das singularidades que definem o “ser camponês” constituem-se o fundamento básico da condição de classe desse sujeito social. Tal condição evidencia uma identidade que se forma na relação dialética entre o individual e o coletivo, relação esta atravessada pelas determinações históricas que combinam os processos sociais configurados pelos grupos dominantes e as formas de resistência que operam “desde baixo”, pelos grupos sociais subalternos.

Nenhuma história individual é isenta de uma rede de relações que a produziu. A identidade enquanto unidade reúne diferença e semelhança, articulando identificação e alteridade como parte do movimento de (auto)reconhecimento na sociedade. Neste movimento, forja-se a unidade entre subjetividade e

objetividade, visto que “sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza, e a objetividade é finalidade sem realização” (CIAMPA, 2001, p. 145). Com efeito, a objetividade da campesinidade – a realização da ordem moral associada à reprodução econômica e cultural de um modo de vida particular na sociedade capitalista – fundamenta-se e unifica-se no reconhecimento desta condição, na produção de um sentido “para si” em meio à sociedade constituída também por outros grupos e classes sociais.

Em dimensão mais ampla, trata-se este de um processo político que se expressa nitidamente na luta pela terra pelas mãos de movimentos populares como o MST. A produção de um sentido “para si” forja, a um só tempo, o ser camponês e seu outro (agronegócio, latifundiários...), dimensionando um lugar social do campesinato mediante o conflito e a transformação social, também permeada pela mudança pessoal dos sujeitos que a produzem. E o que se almeja no horizonte é a própria reprodução da vida: “Na beira das estradas, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas parcerias na terra do outro, enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: a terra de trabalho” (ALMEIDA, 2003, p.27).

A campesinidade nas terras do “rei do gado”: o Projeto de Assentamento Arizona como possibilidade de resistência camponesa

O projeto de assentamento Arizona está localizado em Andradina, município fundado em 1937, a oeste do estado de São Paulo, marcado pela combinação entre a presença de latifúndios monocultores e significativo histórico de ação de movimentos populares de luta pela terra (FERNANDES, 2012; FERRANTE, 2012; FERNANDES, 1999). Na história do município, são constantes as referências aos pioneiros como um tipo de “herói destemido que conquistou terras e trouxe progresso para a região de Andradina” (LOPES, 2012, p.44), ocupando um lugar simbólico no imaginário da população como o desbravador das terras e o promotor do progresso da região.

Entretanto, algo que não aparece nas referências heroicas dos personagens fundadores são as marcas do extermínio e da desumanização dos povos originários presentes na região, em nome do progresso do capital: “O desprezo pela vida humana, a ideia de progresso a qualquer preço e a impunidade fizeram que a brutal relação entre homem branco e indígena fosse vista com tons de heroísmo e patriotismo” (GHIRARDELLO, 2002, p. 42).

Como evidenciado por Nardoque (2014), a crescente busca por novas terras tornou-se um ótimo negócio na região, pois ocorreu o aumento de seus preços, criando condições para a conversão da terra em renda capitalizada. A “marcha para oeste” é, sobretudo, a expansão capitalista para os “sertões” do Brasil.

Tal expansão ocorreu associada à construção Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), fundada em 1906, ligando Bauru-SP a Corumbá-MS. Esta construção incidiu sobre duas demandas do capital, no início do século XX: a viabilização do acesso a

áreas até então inatingidas para permitir a apropriação de terras devolutas e o avanço das ferrovias pelo Estado para facilitar a comercialização da produção de matérias-primas e produtos agropecuários.

A intensificação do pasto para criação de gado marcou os reais interesses de poder do pioneiro, fundador da cidade, conhecido como o “Rei do Gado”. Sua atuação como desbravador resultou na consolidação de um monopólio sobre as terras e os negócios existentes na região, incluindo um banco e o frigorífico para onde destinava sua produção de gado (LOPES, 2012; SANT’ANA, 2016; ARLINDO, 2021).

A partir dos anos 1970, no estado de São Paulo, inicia-se um período marcado pela implantação de linhas de crédito voltadas para a exportação de cana-de-açúcar (ARLINDO, 2021). Segundo afirma Tomaz Júnior (2010), expansão da cana-de-açúcar no oeste paulista foi, fundamentalmente, uma forma eficaz do agronegócio de legitimar as terras griladas e desgastadas pelos anos de pastagens, num processo apoiado pelo discurso midiático de eficiência, tecnologia e progresso do agronegócio. Assim, persiste a unidade de duas classes ligadas pela mediação do Estado: capitalistas e latifundiários.

As potencialidades e limites para a reprodução da camponêsidade “nas terras do rei do gado” podem ser, em alguma medida, discutidas a partir de experiências concretas de luta dos camponeses numa região em que se conjugam o poder do latifúndio e os processos de expansão capitalistas. Os assentamentos rurais, como frações territoriais dotadas de potencialidades de resistência, reabrem condições para a existência camponesa e a impressão no espaço das marcas da “terra de trabalho” em meio às terras do capital – a *agricultura* nas brechas do *agronegócio*.

O PA Arizona, objeto de nossa investigação, está localizado a 7 km de Andradina e possui aproximadamente 638 hectares. É composto por 46 famílias assentadas e as principais produções existentes do PA Arizona são de leite, predominante, seguida das hortaliças.

O processo de ocupação do PA Arizona iniciou-se no ano de 2002, quando 28 famílias que estavam acampadas na região de Ribeirão Preto chegaram ao município. Posteriormente, após chegarem em Andradina, estas famílias se juntaram com outras 18 famílias que já eram moradoras de Andradina. Acamparam, primeiramente, no PA Timborezinho (outro PA do município de Andradina), ficando oito meses para, posteriormente, se direcionarem para o Arizona, onde ficaram quatro anos acampados. Dentre as 28 famílias que chegaram da região de Ribeirão Preto para a região de Andradina, 16 permaneceram nos acampamentos, e somadas com as famílias de Andradina totalizaram as 46 que permaneceram até o final, quando finalmente saiu a homologação do PA, em 2006.

O sujeito social cujo percurso alcança a conquista do lote é produto de sua história, de suas relações, sendo dotado de potência de ação e transformação, reconhecendo a possibilidade de trabalhar na terra como resultado desse

movimento de busca que envolve distintos momentos: migração - acampamento - assentamento.

Sobre o passado dos assentados do PA Arizona, as famílias apresentaram histórico de gerações de trabalho na terra, no qual seus pais sempre “viveram de roça”, como expresso no relato do Sr. J. (Entrevista, jan., 2023) “Meu pai nasceu e morreu na terra, nunca viveu sem ser na terra, plantando arroz, feijão, café”.

As famílias que vieram de Ribeirão Preto para Andradina eram compostas por cortadores de cana-de-açúcar, e em alguns relatos, desde seus nove, doze anos de idade. Destacamos, então, o ciclo que o capitalismo os impõe, no qual a modernização do campo e o avanço do capitalismo consolidou a concentração de terras e a expulsão dos camponeses, convertendo-os em trabalhadores sujeitos a condições precárias de trabalho.

A vinda de Ribeirão Preto está associada à modernização pela mecanização no corte da cana-de-açúcar, tornando sua mão-de-obra descartável na busca pelo aumento da produtividade no setor canavieiro (OLIVEIRA, 2003; THOMAZ JÚNIOR, 2010; LOPES, 2012). A cana-de-açúcar, que tanto impactou no passado a vida desses sujeitos, hoje os cerca nos arredores do assentamento, trazendo novos temores: degradação ambiental pelo desmatamento e morte das árvores frutíferas, desequilíbrio na biota associado à perda da biodiversidade, contaminação do solo e dos rios pelo uso de agrotóxicos, dentre outros aspectos fortemente vinculados à expansão dos monocultivos do agronegócio. Tais condições se expressam nas falas dos assentados, como por exemplo, quando o senhor J. explica o prejuízo da biodiversidade com cercamento da cana-de-açúcar: “[...] aqui tem um vizinho tinha casa, tinha pé de manga, pé de laranja, eles cortaram tudo, arrancaram e plantaram tudo cana. Você chegava lá tinha um passarinho comendo uma manga, uma coisa linda e não tem nada mais, acabou tudo”. (Sr. J., entrevista, jun., 2022)

As consequências do uso dos agrotóxicos são relatadas na destruição das produções dos assentados, como denunciado pela Sra. J., quando se refere ao uso de agrotóxicos: “[...] para quem tem horta, na hora que o avião passa, tem feirante conhecido do meu pai que tem horta já aconteceu de o avião passar para pulverizar a cana e matar a hortaliça inteira” (Sra. J., entrevista, out., 2022). E acrescentado pela senhora O.: “[...] tinha laranja, mas morreu tudo, o veneno da cana matou tudo, tinha abacate, mas morreu tudo. É o veneno que mata” (Sra. O., entrevista, jan., 2023).

E, conseqüentemente, o temor da insegurança diante do avanço da monocultura da cana-de-açúcar: “Sim, muitos pés de manga já morreram por causa disso. Querendo ou não, o avião quando passa respinga em tudo. Mas se a cana também tomar conta? A gente sabe de onde veio, mas não sabe para onde vai, né?” (Sra. T., entrevista, jan., 2023).

Entretanto, em meio às adversidades impostas pelo cercamento da cana-de-açúcar, e a assimilação dos camponeses à condição de trabalhadores precarizados, ocorrem fragmentos de resistência que emergem, num primeiro momento, como

estranhamento, isto é, no não reconhecimento enquanto sujeito assalariado. A renda obtida por meio do trabalho urbano, no passado, e a diferença em relação ao que se obtém por meio do trabalho na terra são elementos citados pelos entrevistados como pontos de vantagem da vida no campo. Neste sentido, o desejo de permanência na terra está presente nas palavras do Sr. C., quando afirma:

Olha pra mim é bom, eu não troco esse lugar por cidade nenhuma. [...] se eu tivesse até hoje trabalhando nas usinas eu poderia estar aposentado, mas só que eu não tinha o capital que eu tenho hoje aqui. Ainda mais num lugar bom desse, que se precisa ir pra Castilho, para Andradina. Eu tava só com uma aposentadoria. Já está aposentado nós dois. Um lugar bom danado! (Sr. C., entrevista, jan., 2023).

A valorização do trabalho na terra, presente no trecho acima, não encontra correspondência na opinião de moradores da cidade que esses assentados encontraram em seu percurso de luta. A condição de “sem-terra” é frequentemente associada ao não-trabalho, reproduzindo-se um estigma dos camponeses como “vagabundos”, sujeitos moralmente suspeitos, ladrões:

[...] eles (moradores do município da área urbana) perguntavam para nós o que nós comia, ‘mas o que vocês comem aqui no sem-terra se vocês não trabalham?’. ‘Ué a mesma comida que vocês comem’. [...] Quando a gente tava acampado lá no meio da pista, eles desfaziam de nós, que nós era sem-terra, que acampamos só para roubar, que era uns vagabundos (Sra. R., entrevista, jan., 2023).

A conquista da terra permite, enfim, a ressignificação dessa vivência, que se expressa na brincadeira, com um sorriso na face, que evidencia a superação de limites presentes no passado: “Hoje se alguém falar ‘é sem-terra’? Como ‘é sem-terra’? [Se] tenho terra até debaixo da unha!” (Sr. F., entrevista, jan., 2023).

As dores do passado emergem nas entrevistas, quando rememorado, em pausas significativas em alguns relatos de situações vividas, nas memórias que acessam frustrações, o medo de ser enganado pela falta de escolaridade, nas referências a injustiças sofridas, nas menções à desumanidade dos órgãos que deveriam dar apoio e que se reverbera no presente, no receio, na desconfiança, no sentimento de estarem sozinhos diante desses órgãos. Mas a potência humana está presente, e nas expressões apresentadas foi possível identificar que os assentados buscavam nessas decepções uma forma de fortalecer a luta, a resistência.

A terra é a unidade central nessa possibilidade de mudança, de potência de ação humana, de não se permitir a acomodação diante das injustiças. A terra é o marco de suas vidas, forjadas pelo movimento entre o trabalho explorado e a busca pela liberdade. Assim, a terra não está definida pela obtenção de renda nos moldes capitalistas, mas na busca por dignidade e cidadania, possíveis pela reprodução da vida pelo trabalho familiar.

Quando a Sra. R. foi questionada sobre o momento que mais marcou sua história, o choro foi inevitável e dois momentos foram mencionados: os despejos e a entrada na casa já pronta no assentamento: “Os despejos né. O mais sofrimento; nós já tinha galinha”, animal que, neste caso, indica o início da concretização do sonho de viver na terra. E continua, sobre a melhor lembrança, rememorando que os filhos foram nascidos e criados “na lona”:

Ah, foi na hora que a gente ganhou a terra, nós construiu a casa, os meninos ficaram bobo quando entraram na casa. Na hora que colocou energia, nossa Deus! A alegria que eles ficaram, porque não conhecia né, não sabia o que era uma casa né, sabia que existia casa porque ia pra escola e tudo, mas eles foram entrar numa casa tinham 14 anos (Sra. R., entrevista, jan., 2023).

O sentimento de conquista, associado ao assentamento, expressa a transitoriedade entre ser “sem-terra” e adquirir, concretamente, a possibilidade de se reproduzir, na terra, por meio do próprio trabalho. A conquista é motivo de orgulho, satisfação de poder “falar que tenho minha terra né, que conquistei né? Com muito sofrimento foi conquistado né” (Sra. R., entrevista, jan., 2023). Disto resulta uma nova identidade, uma nova referência de autorreconhecimento: “Somos assentados né, não temos o título aqui ainda. Me reconheço como um cidadão que trabalha para viver” (Sr. F., entrevista, jan., 2023).

Outra característica da campesinidade é que os sujeitos utilizam do conhecimento e o aproveitamento de todos os recursos disponíveis que a propriedade familiar pode propiciar, reunindo uma dinâmica de melhor cuidado e conservação dos recursos existentes, visto que para além da renda há a necessidade de assegurar a sobrevivência da família no presente e para as próximas gerações. Nesta perspectiva, a Sra. R. afirma: “Eu fui aprendendo tendo minhas coisas, né? Criando minhas galinhas, meus porcos. Foi com muito sofrimento que a gente conseguiu esse capim aqui, a gente foi regando porque as vacas iam morrer de fome, chegou a morrer vaca de fraqueza” (Sra. R., entrevista, jan., 2023).

A campesinidade também se expressa na alegria do Sr. C. (entrevista, jan., 2023) ao mostrar como conseguiu sozinho levantar o seu curral, usando suas “engenhocas” (uma corda acoplada à furadeira), num momento da conversa que trouxe brilho no seu olhar, ao sinalizar que seus netos ficaram encantados com sua “invenção”. A recriação de sua ferramenta de trabalho é o simbolismo da recriação

camponesa, que utiliza de todos os recursos e aprendizagens na sua luta para a permanência na terra.

Como apresentado por Valério (2019), os desafios no cotidiano levam os camponeses a desenvolver formas de cooperação, de solidariedade mútua, que expressam o equilíbrio entre o individual (família) e o coletivo (assentamento), como pode ser notado nas palavras do Sr. J.:

Tem, isso tem. Aqui, se um fica doente a gente vai lá e ajuda. Nós faz cesta básica entre nós e todo mundo ajuda. Se eu sair daqui agora e passar na casa de cada assentado é pacote de arroz, feijão, até carne se tiver eles dão. E se fica doente, como por exemplo, uma senhora que ficou doente, o pessoal vai lá e ajuda, limpa a casa para ela, lava roupa, faz comida. Aqui o povo é bem tranquilo nesse ponto (Sr. J., entrevista, jun., 2022).

É através da criatividade que os camponeses zelam pela sua terra de trabalho, pela vida animal, bem como pela permanência dos vínculos de solidariedade entre os assentados. Quando questionado sobre um exemplo dessa solidariedade, a Sra. R. menciona uma ação para que, no período de seca, as vacas não ficassem sem alimento: “a gente dividiu mangueira com o rapaz de baixo para se ajudar, plantamos em agosto (cana-de-açúcar), estava muita seca, daí ficava meia hora ligada lá e meia hora ligada aqui” (Sra. R., entrevista, jan., 2023).

A relação com a vida animal é outro aspecto de destaque nas entrevistas realizadas, vinculando-se à própria noção de autonomia, de ter “tudo o que eu preciso”, de possuir os elementos que caracterizam a vida no campo e de gostar de tudo isso:

Eu gosto muito, porque eu tenho de tudo que eu preciso. tenho meus bichinhos, meus cachorrinhos, eu gosto dessas coisas, eu gosto de criar. Ter meu espaço, fazer o que eu quero, ninguém manda em mim, eu não gosto que ninguém manda em mim. Eu só não tiro o leite, mas o resto é tudo eu, eu dou ração, é tudo eu. Pare uma vaca eu boto nas costas e trago o bezerro, quando não aguento nas costas pego na carrinhola e trago, porque se um bicho der cria e você não estiver em cima o urubu mata na hora (Sra. O., entrevista, jan., 2023).

A perspectiva de permanência dos filhos na terra é uma questão presente entre os camponeses assentados. Este aspecto aparece ora como preocupação pela quebra da continuidade da permanência da família na unidade produtiva, ora como orgulho pelo envolvimento dos filhos com o trabalho no campo, que aponta para seu interesse em permanecer no lote. Este é o caso do depoimento da Sra. R.

sobre a importância da continuidade das próximas gerações: “Porque se não tiver essa geração, vai acabar a terra, quem é que vai tocar minhas coisas? Ninguém. Ele (neto) conhece tudo, nasceu os bezerros ele já coloca o nome, ele mesmo que coloca o nome nas bezerras. Tem até o seu nome! Ana!” (Sra. R., entrevista, jan., 2023).

O orgulho pela relação dos filhos com o “mundo camponês” foi notado também a partir das palavras da Sra. J. (entrevista, out., 2022), que relata que seu filho de apenas dois anos acorda toda a manhã e sai em busca dos ovos das galinhas, explicando que ele conhece onde fica todos os ninhos, local que, muitas vezes, nem ela e seu companheiro sabem.

Esse orgulho, que remete à perspectiva de continuidade de aspectos do presente no futuro, como a autonomia de “não depender de ninguém”, pelos filhos, também encontra justificativa na comparação das crianças e jovens do campo com os da cidade. Estes, segundo afirma a Sra. R., “não conhecem [o campo]. Tem escola que vem aqui, porque as crianças não sabem de onde sai uma cenoura, um pé de alface, nem o leite. Acham que vem da caixinha. Agora meu neto que nasceu aqui, foi criado aqui, ele sabe tudo! Ele sabe a hora que vai nascer o pintinho da galinha” (Sra. R., entrevista, jan., 2023).

A Sra. J. complementa, sobre a compreensão da dimensão família-terra-trabalho, tríade básica da campesinidade:

[...] Aqui todo mundo trabalha, inclusive meu filho de 14 anos, ele acorda cedo e trabalha na horta, ele sabe colocar a ordenha e também arrebanha as vacas. Ele sabe fazer tudo. Me diz o que os meninos da cidade sabem fazer? As vezes ele reclama, fala que não quer trabalhar, mas eu falo que ele precisa. Se a gente observar quais os cursos técnicos que têm aqui? É tudo para quem conhece de terra e meu filho com 14 anos já conhece tudo. Meu pai também conhece tudo, sempre morou no sítio, nasceu no sítio. (Sra. J., entrevista, out., 2022).

Woortmann (1990) argumenta que o camponês não pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, como também não reflete sobre o trabalho sem pensar na terra e na família. Esta articulação triádica compõe a moral camponesa que subjaz o trabalho realizado, que busca ser um trabalho autônomo, baseado na “liberdade de realizar o trabalho para nós, o trabalho enquanto uma dimensão ética, em oposição ao não trabalho para o outro” (WOORTMANN, 1990, p. 44).

Assim, a liberdade ganha relação com a autonomia, no sentido do controle do tempo de trabalho e da existência do tempo livre, visto que o camponês detém a posse da terra, ao contrário do assalariado. A terra, neste caso, é o meio para a autonomia; a possibilidade concreta de não trabalhar para o outro, de não ter o próprio tempo integralmente condicionado pelas exigências externas à família. A conquista do lote é vista, assim, como “a oportunidade de trabalhar para a gente

mesmo” (Sr. F., entrevista, jan., 2023), e também como o direito ao “sossego” de não se submeter a ninguém: “A gente mora, tem o cantinho da gente, sossegadinho, né? É uma vitória, é um sossego... Você pode plantar o que você quiser, pode ter seu gadinho, né? Então, ninguém pode falar: ‘você não pode fazer isso’” (Sra. O., entrevista, jan., 2023).

Nesta avaliação da própria vida na terra, da condição camponesa, frequentemente se faz referência ao passado, que no caso desses camponeses remete ao corte da cana, ao trabalho na usina.

A partir do depoimento do Sr. F., vemos que a campesinidade é positivada como um modo de vida necessário à sociedade como um todo, reconhecendo-se uma “função pública” do assentamento e da reforma agrária, por serem, ao mesmo tempo, o meio para a reprodução familiar camponesa e para a produção de excedente para a cidade:

O povo da cidade, né? Eles vivem porque os agricultores trabalham, né? Se o agricultor não trabalha, o povo da cidade vai comer o que? Então, nós representa muita coisa. Aqui a gente tem mandioca, tem galinha, tem ovo. E outra... a gente trabalha aqui, tira o sustento da gente e ainda sobra para mandar pro povo da cidade. (Sr. F., entrevista, jan., 2023).

Esta dimensão pública do assentamento e da reforma agrária é também endossada pela Sra. T., quando avalia: “Menina, é muito bom, tem gente que fala que o pessoal daqui é vagabundo, é preguiçoso, mas é o pessoal daqui que sustenta Andradina. Eles vendem para os restaurantes da cidade, então tem produtor aqui que abastece as escolas” (Sra. T., entrevista, jan., 2023).

Por isso tudo, o desejo de permanência na terra é uma constante: “Daqui eu não saio mais, daqui só para o cemitério. Eu nunca gostei de morar na cidade. Eu fui criado, nasci e criei na roça com meus pais. Eu vim para a cidade eu tinha 18 anos e eu fiquei 10 anos na cidade só. Aí eu casei a gente foi pro sem-terra e tamo aqui” (Sr. C., entrevista, jan., 2023). Ir “pro sem-terra” evidencia o movimento de (re)encontro com um lugar social, o da luta que leva à conquista da terra e, associada a ela, da reprodução da campesinidade.

A campesinidade é também um meio de cuidar da natureza – de, por meio do trabalho, plantar e possibilitar conforto térmico e ambiental para a própria família e, indiretamente, para a sociedade:

Sem comparação! O oxigênio aqui é outro. Ave maria! Na cidade, recebe um ar desse? Quanto de oxigênio dá uma árvore. E eu gosto de plantar. Olha o tanto que plantei! Depois você vai ver o bosque que vai virar isso aqui! Essa aqui [mostra uma árvore], plantei para refrescar a área. Olha a sombra que

vai dar! A raiz dela amarrei com plástico para não ir para o lado pra casa, então só vai para baixo. O povo fala ‘você é louco!’. “Louco”? Vai ver na hora que formar uma sombra aqui! (Sr. C., entrevista, jan., 2023).

O sentido do cuidado com o lote, pela criação de um ambiente de conforto e proteção, aparece também nas palavras da Sra. T.: “Meu sítio é meu paraíso, porque quando você entra da porteira para cá, nossa que bom! Parece que você está protegida” (Sra. T., entrevista, jan., 2023). Isso provoca um sentimento de gratidão:

Eu agradeço a Deus e peço saúde pra mim continuar aqui até quando eu puder. Nunca eu imaginava na minha vida que eu ia ter uma casa para morar. Ainda mais num sítio, porque só morei na casa dos outros. Agora eu posso falar que estou no que é meu, né? Porque a gente vai ser dono ainda de papel passado. É maravilhoso (Sra. T., entrevista, jan., 2023).

O que significa, então, a terra? Foi feita essa pergunta para a senhora O., uma pernambucana de quase 80 anos, trabalhadora da roça desde os nove, que “toca” sozinha seu sítio. Sua resposta, que seguramente seria a de muitos dos que pudemos conhecer e dialogar nesse processo de pesquisa, foi sem hesitação: “a terra é tudo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram discutidos neste artigo alguns dos dilemas que marcam a questão agrária brasileira. A dominação do capital no campo e seus imperativos, que subordinam os interesses sociais à lógica privada, encontram no território brasileiro amplo espaço de reprodução. A alta concentração fundiária, o poder midiático do agronegócio e a capacidade dos proprietários de terra impõem como hegemônico o rentismo e o lucro, tudo isso converte o modo de vida camponês em condição marginal e subordinada na sociedade capitalista.

Isso se expressa nas entrevistas analisadas dos integrantes do assentamento Arizona, situado em uma região dominada pelo agronegócio canavieiro. A vida dos homens e mulheres com quem dialogamos neste processo de pesquisa é atravessada pela itinerância, insegurança, instabilidade e carência. A passagem da condição proletária, no trabalho com a cana-de-açúcar, à condição camponesa, conquistada por meio da luta pela terra, define um transitar social, coletivo, de um grupo de pessoas que vislumbra na terra a possibilidade da autonomia.

Em síntese, como pudemos discutir, as marcas da campesinidade pela afirmação do modo de vida camponês expressam um sentido concreto, de conquista

efetivada, e um sentido utópico (um horizonte, um devir). O sentido concreto, de conquista efetivada, aparece na referência dos camponeses ao seu passado assalariado e na alegria de, agora, “não depender de ninguém”. Na valorização do trabalho na terra, hoje, frente aos estigmas impostos no passado, quando estavam acampados em baixo da lona. Na obtenção de uma casa de tijolo para se abrigar e viver, cercada por um ambiente digno, com animais, árvores e cultivos. No domínio de um saber-fazer associado ao trabalho camponês, visível na capacidade de fabricar, operar e consertar as ferramentas usadas no dia-a-dia.

Utopicamente, a campesinidade emerge na estrapolação do “por si” ao “para todos” e na expectativa de um futuro melhor a partir do presente conquistado. Isso é visível na esperança de que os filhos permaneçam na terra, esperança alimentada pela consciência de que as crianças no assentamento carregam um saber distinto das crianças da cidade. Também é visível na referência a uma “função pública” do assentamento, quando os entrevistados mencionam que a produção camponesa “alimenta a cidade” e que o reflorestamento que promovem gera um ambiente mais confortável. E, por fim, no exemplo de que sua luta pode ser a luta de outros; que suas conquistas podem ser conquistas de outros.

Por tudo isso, a campesinidade, traço social dos camponeses imersos e na margem da sociedade capitalista, foi problematizada como marca de um modo de vida em subordinação, mas também em resistência. A negação do hegemônico, neste caso, se dá como luta “por si” do campesinato, como busca por dignidade, por melhores condições de vida, por inserção digna na sociedade para a família.

Sendo o latifúndio e o agronegócio amarras estruturais do capitalismo brasileiro, que convertem a questão agrária em problema permanente de nossa história, a luta pela terra converte as reivindicações camponesas em questionamentos ao capital e sua lógica. Do seu lugar, com os limites e desafios impostos pelo capital, os camponeses apontam, com sua prática, para outro horizonte: uma utopia em que o lucro não seja o fundamento das relações e que terra e vida não sejam reduzidas à mercadoria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ARLINDO, M. A. S. da. **Dinâmicas virtuosas da Reforma Agrária na Região de Andradina/SP**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

_____. **Assentamentos rurais na região de Andradina: o ponto de partida para novas dinâmicas territoriais**. In: XIV ENANPEGE, 2021, Campina Grande, Anais... Realize Editora. [s.n.] disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78158>. Acesso em: 14 out. 2022.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense. 2001.

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - Brasil. **Revista Nera**, [S. l.], n. 1, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>. Acesso em: 1 set. 2022.

FERNANDES, B. M. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**: formação e territorialização em São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C.; GOMES, T. P. de S.; AMARAL, D. T. do; GÊMERO, C. G.; FLORES, A. F.; SILVA, S.; JUNIOR, O. A. Um Retrato das Regiões da Pesquisa. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 45-87, 2012. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/108>. Acesso em: 5 fev. 2023.

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha**: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: UNESP, 2002.

GOLDFARB, Y., MITIDIERO JUNIOR, M. A. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Associação Brasileira de Reforma Agrária -ABRA. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung – FES. 2021.

LOPES, E. D. **A questão agrária e as formas de resistência camponesa nos municípios de Andradina/SP e Castilho/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira. 1975.

MARTINS, J. de S. **Camponeses e a política no Brasil, Os**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4 PETROPOLIS: Vozes, 1990.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, J. de S. **Frenteira**: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Agrária**, [S.l.], n. 14, p. 4-22, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794>. Acesso em: 9 fev. 2023.

_____. **Censo agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe?** Marília: Lutas Anticapital, 2022.

NARDOQUE, S. **Apropriação capitalista da terra e a desconcentração fundiária em Jales-SP**. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra livre**, São Paulo, ano 19, v. 2 n. 21, p. 113-156, 2003. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/473/447>. Acesso em: 04 jul. 2022.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

SÁ MOTTA, R. C. C. de. **As linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados/MS** - Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

SANT'ANA, D. Z. **Visões dos sujeitos escolares sobre a educação do campo na microrregião geográfica de Andradina**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SANTOS, R. O. C. dos. **Reforma Agrária em questão: a propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no Assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, [s. l.], n. 7, p. 1-21, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso em: 9 jun.2023.

SHANIN, T. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1990-1923)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

TAVARES, A. S. de. Campesinato e campesinidade na Vila Amazônia (Parintins/AM): um ensaio geográfico fenomenológico. **Marupiara**. [s. l.], n. 6, p. 39-54, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/marupiara/article/view/1910>. Acesso em: 26 fev. 2023.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI . **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 92–122, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>. Acesso em: 9 jun. 2023.

VALÉRIO, V. J. O. **Agonia da comida**: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútis no Estado de São Paulo (2006-2017). Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2019.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

Contato com o autor: Ana Claudia Colacino <nana_colacino@hotmail.com>

Recebido em: 13/03/2023

Aprovado em: 24/10/2023